

EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2021

WWW.BNC.ORG.BR

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS – ME, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL - MEI.

A Prefeitura Municipal de Amaraji/PE, O Fundo Municipal de Saúde e O Fundo Municipal de Assistência Social, por intermédio do Pregoeiro Alexsandro Antonio da Silva, nomeado pela Portaria Nº 044/2021 de 04 de janeiro de 2021, torna público, para conhecimento dos interessados que realizará, licitação na modalidade PREGÃO na forma ELETRÔNICA, REGISTRO DE PREÇO, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, autorizada no Processo Licitatório Nº 006/2021, e de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1 – DA REGÊNCIA LEGAL

1.1 Este Pregão reger-se-á pela Lei Federal n°. 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto Municipal n.º 017, de 10 de maio de 2018, no Decreto n.º 8.538 de 06 de outubro de 2015, da Lei Complementar n.º 123/2006 de 14 de dezembro de 2006 e alterações, Decreto n.º 10.024 de 23 de setembro de 2019, Lei Federal n.º 13.979 de 06 de fevereiro de 2020, e aplicando-se subsidiariamente no que couber, a Lei Federal n.º 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações, pela legislação pertinente e pelas condições previstas neste Edital e seus Anexos.

2 - DO RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DA REFERÊNCIA DO TEMPO

- 2.1 Recebimento das Propostas a partir do dia **04 de junho de 2021** às **08h00min** até o dia **17 de junho de 2021** às **08h00min**.
- 2.2 Abertura das Propostas: 17 de junho de 2021 às 08h40min
- 2.3 Início da sessão de disputa de preços: 17 de junho de 2021 às 08h45min
 - 2.4 O fornecedor deverá observar, rigorosamente, as datas e os horários limites para o recebimento e a abertura da proposta, atentando, também, para o início da disputa.
 - 2.5 Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública, observarão, obrigatoriamente, o **horário de Brasília DF**, e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao Certame.
 - 2.6 Formalização de consultas: observado o prazo legal, o fornecedor poderá formular consulta através do próprio sistema no campo "mensagens", ou pelo número (81) 3553-1944. As consultas serão respondidas diretamente no sítio www.bnc.org.br, no campo "mensagens", no link correspondente a este Edital.



3 – DAS DISPOSICÕES PRELIMINARES

- 3.1 O Pregão será realizado em sessão pública, por meio dos recursos da tecnologia da informação INTERNET, utilizando-se, para tanto, métodos de autenticação de acesso e recursos de criptografia, garantindo segurança em todas as fases do Certame.
- 3.2 Os trabalhos serão conduzidos por Servidor Público designado através de ato interno, denominado PREGOEIRO, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "BNC", constante da página eletrônica da Bolsa Nacional de Compras, coordenadora do sistema.

4 – DO OBJETO

- 4.1 O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa para fornecimento de produtos de limpeza, descartáveis e kit para servir merenda atendendo as demandas da Secretaria de Educação, Secretaria de Administração, Secretaria de Assistência Social e Secretaria de Saúde de Amaraji/PE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital com as características descritas abaixo:
- 4.2 A licitação será dividida em ITENS, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando- se ao licitante a participação em quantos ITENS forem de seu interesse.
- 4.3 O critério de julgamento adotado será o menor preço do ITENS, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

5 - DO CREDENCIAMENTO

- 5.1 Poderão participar desta Licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos.
- 5.2 Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação por ela exigida para respectivo cadastramento junto à **Bolsa Nacional de Compras**.
- 5.3 É vedada a participação de empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas.
- Não poderá participar da licitação a empresa que estiver sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que tenha sido declarada inidônea por órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou Distrito Federal ou que esteja cumprindo período de suspensão no âmbito da administração municipal.
- 5.5 O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à **Bolsa Nacional de Compras**, até no mínimo **uma hora antes** do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.



- 5.6 O cadastramento do licitante deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:
- a) Instrumento particular de mandato outorgando à operador devidamente credenciado junto à Bolsa, poderes específicos de sua representação no pregão, conforme modelo fornecido pela Bolsa Nacional de Compras.
- b) Declaração de seu pleno conhecimento, de aceitação e de atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital, conforme modelo fornecido pela Bolsa Nacional de Compras.
- c) Especificações do produto objeto da licitação em conformidade com edital, constando preço, marca e modelo e em caso de itens específicos mediante solicitação do pregoeiro no ícone ARQ, inserção de catálogos do fabricante. "A empresa participante do certame não deve ser identificada". Decreto 5.450/05 art. 24 parágrafo 5°.
- 5.7 O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo do Licitante vencedor do certame, que pagará a Bolsa Nacional de Compras, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao percentual estabelecido pela mesma sobre o valor contratual ajustado, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento operacional da Bolsa Nacional de Compras.

6 - DA OPÇÃO PELO TRATAMENTO DIFERENCIADO E

- 6.1 As licitantes que optarem pelo tratamento diferenciado e favorecido e instituído pela Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar, juntamente com documentação necessária a habilitação, o Termo de Opção, conforme modelo constante do Anexo IX, acompanhado da documentação comprobatória de seu enquadramento como Microempresa-ME ou Empresa de Pequeno Porte-EPP.
- 8.2 Nos termos do art. 3º da LC nº 123/2006 e LC nº 155/2016, são consideradas microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário a que se refere o art. 966, da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:
- 6.2.1 No caso das microempresas, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufira, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais);
- 6.2.2 No caso das empresas de pequeno porte, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufira, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).
- 6.3 Nos termos do parágrafo 1°, do art. 3°, da Lei Complementar n° 123/2006, considera-se receita bruta o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos.
- 6.4 As licitantes deverão comprovar que a receita bruta auferida no anocalendário corrente não ultrapassou os limites previstos no art. 3°, da LC nº 123/2006.



- No caso de início de atividade no próprio ano-calendário, o limite de valor para fins de enquadramento será proporcional ao número de meses em que a microempresa ou a empresa de pequeno porte houver exercido atividade, inclusive as frações de meses (parágrafo 2°, do art. 3°, da LC 123/2006).
- Para fins de determinação da receita bruta, poderá ser considerado o **regime de competência ou de caixa**, mantido o critério para todo o ano-calendário (art. 4°, parágrafo 2°, da Instrução Normativa SRF n° 608, de 09 de janeiro de 2006).
- 6.7 **Não se inclui** no regime diferenciado e favorecido previsto na LC 123/2006, para quaisquer efeitos legais, a **pessoa jurídica** (parágrafo 4º do art. 3º, da LC nº 123/2006):
- 6.7.1 De cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- 6.7.2 Que seja filial, sucursal, agência ou representação no país, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- 6.7.3 De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócio de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da LC nº 123/2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º daquela norma;
- 6.7.4 De cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela LC nº 123/2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º daquela norma alterada pela LC 155/2016;
- 6.7.5 De cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3°, da LC nº 123/2006 alterada pela LC 155/2016;
- 6.7.6 Empresa constituída sob a forma de cooperativa, salva as de consumo;
- 6.7.7 Empresa que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 6.7.8 Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 6.7.9 Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anoscalendário anteriores;
- 6.7.10 Constituída sob a forma de sociedade por ações;
- 6.7.11 Cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação ou habitualidade.
- 6.8 O enquadramento do empresário ou da sociedade simples ou empresária como microempresa ou empresa de pequeno porte, bem como o seu desmembramento não



implicará alteração, denúncia ou qualquer restrição em relação a contratos por elas anteriormente firmados (parágrafo 3º do art. 3º, da LC nº 123/2006).

7 - REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

- 7.1 O certame será conduzido pelo Pregoeiro, com o auxílio da Equipe de Apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:
- a) acompanhar os trabalhos da Equipe de Apoio;
- b) responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- c) abrir as propostas de preços;
- d) analisar a aceitabilidade das propostas;
- e) desclassificar propostas indicando os motivos;
- f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- g) verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- h) declarar o vencedor;
- i) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- j) elaborar a ata da sessão;
- k) encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
 - l) abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES DA BOLSA NACIONAL DE COMPRAS:

- 7.2 As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato previsto no **subitem 5.6 "a"**, com firma reconhecida, operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à Bolsa Nacional de Compras, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: www.bnc.org.br
- 7.3 A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BNC Bolsa Nacional de Compras, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.
- 7.4 O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.
- 7.5 A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BNC Bolsa Nacional de Compras.
- 7.6 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BNC Bolsa Nacional de Compras a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 7.7 O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.



PARTICIPAÇÃO:

- 7.8. A participação no Pregão, na Forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecido.
- 7.9. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.
- 7.10. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida ou através de uma empresa associada ou pelos telefones: Pinhais-PR (41) 3557-2301 ou (41) 9-9136- 7677 e, ou através da Bolsa Nacional de Compras ou pelo e-mail contato@bnc.org.br

ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES:

- 7.11. A partir do horário previsto no Edital e no sistema, terá início a sessão pública do pregão, na forma eletrônica, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas.
- 7.12. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances.
- 7.13. Só serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.
- 7.14. Lances com mais de duas casas decimais após a vírgula deverão ser readequados, desconsiderando qualquer valor acrescido após a segunda casa decimal.
- 7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.16. As propostas não deverão estar com valores superiores ao máximo fixado no Edital (REFERENTE AO VALOR DO ITEM) e não havendo lances com valores iguais ou inferiores, serão desclassificados.
- 7.17. Fica a critério do Pregoeiro a autorização da correção de lances com valores digitados errados ou situação semelhante, mesmo que antes do início da disputa de lances.
- 7.18. Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema **não identificará** o autor dos lances aos demais participantes. **Decreto 5.450/05 art. 24, parágrafo 5º**.
- 7.19. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, na Forma Eletrônica, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.
- 7.20. Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do Pregão, na Forma Eletrônica será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos operadores representantes dos participantes, através de mensagem eletrônica (e-mail) divulgando data e hora da reabertura da sessão.



- 7.21. A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico, após o que transcorrerá período de tempo extra. O período de tempo extra ocorrerá em um intervalo que poderá ser de 01 (um) segundo a 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances, não podendo em hipótese alguma, as empresas apresentarem novos lances. (ABERTO).
- 7.21.1. Face à imprevisão do tempo extra, as empresas participantes deverão estimar o seu valor mínimo de lance a ser ofertado, evitando assim, cálculos de última hora, que poderá resultar em uma disputa frustrada por falta de tempo hábil.
- 7.22. Facultativamente, o Pregoeiro poderá encerrar a sessão pública mediante encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances e subsequente transcurso do prazo de trinta minutos, findo o qual será encerrada a recepção de lances. Neste caso, antes de anunciar o vencedor, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico contraproposta diretamente ao proponente que tenha apresentado o lance de menor preço, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre sua aceitação.
- 7.23. O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.
- 7.24. Os documentos relativos à habilitação, solicitados no **ITEM 10** deste Edital, (e quando a empresa se enquadrar no regime ME/EPP enviar também o **ANEXO IX**), deverão enviados via fax ou e-mail do pregoeiro até 02 (duas) horas após o término do Certame.
- 7.25. Posteriormente, os mesmos documentos da Empresa vencedora deverão ser encaminhados em originais ou cópias autenticadas, **no prazo máximo de 03 (três) dias úteis**, contados da data da sessão pública virtual, **juntamente com a proposta de preços corrigida**, para a Prefeitura Municipal de Amaraji PE, localizada na Rua Rocha Pontual, 72 Centro, Sede da Prefeitura, Sala da Comissão Permanente de Licitação, CEP 55.515-00. Amaraji/PE.
- 7.26. A sessão pública fica suspensa, ou seja, permanece em fase de classificação/habilitação até o recebimento da documentação original dentro das condições dispostas no item 7.24.
- 7.27. O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação dentro do prazo acima estabelecido acarretará nas sanções previstas no item 28, deste Edital, podendo o Pregoeiro convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente.
- 7.28. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa o Pregoeiro poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.
- 7.29. Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação.



- 7.30. Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital e inexistindo interposição de recursos, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.
- 7.31. Quando for constatado o empate, conforme estabelecem os artigos 44 e 45 da LC 123/2006, o Pregoeiro aplicará os critérios para o desempate em favor ME/EPP. Após o desempate, poderáo pregoeiro ainda negociar um melhor preço caso ela não atinja o valor de referência definido pela administração pública.

8 - PROPOSTA NO SITEMA ELETRÔNICIO

- 8.1 O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 8.2. No preenchimento da proposta eletrônica deverão, obrigatoriamente, ser informadas no campo próprio as **ESPECIFICAÇÕES** e **MARCAS** dos serviços e/ou produtos ofertados, conforme a ficha técnica descritiva do serviço e/ou produto. A não inserção de arquivos ou informações contendo as especificações e marcas dos serviços e/ou produtos neste campo, implicará na desclassificação da Empresa, face à ausência de informação suficiente para classificação da proposta.
- 8.2.1. O objeto deverá estar totalmente dentro das especificações contidas nos ${\bf ANEXOS}~{\bf I}~{\bf e}~{\bf II}.$
- 8.3. A validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.
- 8.4. Na hipótese do licitante ser ME/EPP será necessário a informação desse regime fiscal no campo próprio da ficha técnica (ANEXO IX) sob pena do licitante enquadrado nesta situação não utilizar dos beneficios do direito de preferência para o desempate, conforme estabelece a Lei Complementar 123/2006.
- 8.5. É VEDADA A IDENTIFICAÇÃO DOS PROPONENTES LICITANTES NO SISTEMA, NAS FICHAS TÉCNICAS OU DOCUMENTOS, EM QUALQUER HIPÓTESE, ANTES DO TÉRMINO DA FASE COMPETITIVA DO PREGÃO. Decreto 5.450/05 art. 24 parágrafo 5°.

9 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 9.1 O Pregoeiro efetuará o julgamento das Propostas avaliando os preços obtidos e analisando o parecer técnico do solicitante sobre o (s) produto(s) oferecido (quando necessário).
- 9.2. O julgamento será efetuado pelo **MENOR PRECO DO ITEM.**
- 9.3. A desclassificação da proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 9.4. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lance.



9.5. Analisada a aceitabilidade dos preços obtidos bem como o cumprimento das exigências constantes do Termo de Referência, o Pregoeiro divulgará o resultado do julgamento das propostas.

10 - DA HABILITAÇÃO

10.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

10.1.1 - Habilitação Jurídica:

- 10.1.1.1- Registro Comercial, no caso de Empresa Individual, Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de Sociedades Comerciais, com prova da Diretoria em exercício e, no caso das Sociedades por Ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, no caso de sociedades civis, o ato constitutivo registrado em Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas.
- 10.1.1.2 Prova de inscrição e situação ativa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).
- 10.1.1.3 Comprovação de cumprimento do disposto no inc. XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme exigências e modelo constantes na legislação pertinente.

10.1.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- 10.1.2.1 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, através de Certidão Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e Dívida Ativa da União expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa;
- 10.1.2.2 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede do licitante;
- 10.1.2.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede do licitante
- 10.1.2.4 Prova de inscrição no cadastro de contribuinte estadual e\ou municipal, relativo ao domicilio ou sede da participante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;
- 10.1.2.5 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal;
- 10.1.2.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Titulo VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

10.1.3 Qualificação técnica



10.1.3.1 Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto da licitação, através de atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado. O(s) atestado(s) apresentado(s) deverão indicar o endereço completo da empresa ou órgão emitente, possibilitando a realização de diligência. Não será aceito pela CPL atestados fornecidos por empresas que estejam participando deste processo licitatório.

10.1.4 Qualificação Econômico-Financeira:

- a) 12.1.4.1 Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante, **INCLUSIVE**, processos eletrônicos (PJ-e) de 1° e 2° grau; com data de expedição ou revalidação dos últimos **30 (trinta) dias** anteriores à data da realização da licitação, prevista no **subitem 2.3 deste Edital**, caso o documento não consigne prazo de validade.
- 10.1.4.2 Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, sendo vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.
- 10.1.4.3 A comprovação de boa situação financeira da empresa será feita de forma objetiva, acompanhada de um quadro explicitando o cálculo dos índices seguintes, assinado por um contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade CRC:

1.Liquidez Geral - ILG = $\frac{AC + RL}{PC + EL} \ge 1,00$ PC +EL

2.Liquidez Corrente - ILC = $\underline{AC} \ge 1,00$ PC

onde:

AC = Ativo Circulante
PC = Passivo Circulante
RL = Realizável a Longo Prazo
EL = Exigível a Longo Prazo

- 10.1.4.4 O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.
- 10.1.4.5 O balanço patrimonial só será válido se registrado na Junta Comercial e acompanhado do Termo de Abertura e Encerramento do Livro Caixa.

10.1.1 Apresentação das seguintes Declarações:

- a) **Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo**, assinada por sócio, dirigente, proprietário ou procurador da licitante, com o número da identidade do declarante.
- b) **Declaração expressa**, de que o sócio ou diretor não ocupa cargo ou função de chefia, assessoramento ou função de confianca, no Município de Amaraji.
- c) Declaração expressa, de pleno conhecimento e atendimento às exigências de



habilitação.

- d) **Declaração de Elaboração Independente de Proposta**, assinada por sócio, dirigente, proprietário ou procurador da licitante, com o número da identidade do declarante.
- e) Declaração de Opção para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, assinada por sócio, dirigente, proprietário ou procurador da licitante, com o número da identidade do declarante; (SE FOR O CASO).
- 10.2 Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original ou em cópia autenticada em cartório competente ou publicação em órgão da imprensa oficial ou em cópias simples, desde que acompanhadas dos originais para conferência pelo Pregoeiro.
- 10.2.1 O Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.
- 10.3 Não serão aceitos "protocolos de entrega" ou "solicitação de documento" em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos, exceto aqueles previstos em legislação específica.
- 10.4 Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar:
- 10.4.1 Em nome da licitante, preferencialmente, com número do CNPJ e com endereço receptivo:
- a) Se a licitante for a matriz todos os documentos deverão estar em nome da matriz ou;
 - b) Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
 - 10.5 Documentos apresentados com validade expirada acarretarão a inabilitação do proponente.
 - 10.5.1 Todas as certidões exigidas deverão estar dentro de seus prazos de validade, sob pena de inabilitação do licitante. As certidões que não mencionarem o prazo de validade serão consideradas válidas por **30 (trinta) dias** da data da emissão, salvo disposição contrária em lei ou em regulamento a respeito. No que se refere à comprovação de inscrição no **CNPJ**, a sua atualização compreenderá o prazo máximo de **180 (cento e oitenta) dias** da data da emissão, salvo disposição contrária em lei ou em regulamento a respeito.
 - 10.6 A empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país deverá apresentar também, o decreto ou ato de registro de autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade exigir.
 - 10.7 Como condição para retirada da nota de empenho, o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação.



11 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

- 11.1 A proposta final da licitante declarada vencedora deverá ser encaminhada no prazo de até **24 (vinte e quatro) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:
- 11.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pela licitante ou seu representante legal.
- 11.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência da licitante vencedora, para fins de pagamento.
- 11.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
- 11.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.
- 11.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor total em algarismos e por extenso (art. 5° da Lei n° 8.666/93).
- 11.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço total, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- 11.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- 11.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.
- 11.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

12 - DOS RECURSOS

- 12.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo 15 (quinze) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 12.2. Havendo quem se manifeste, caberá o Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- 12.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.



- 12.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
- 12.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 12.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 12.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.
- 12.5. A sessão pública poderá ser reaberta:
- 12.5.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- 12.5.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o Contrato ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
- 12.6. Todas as licitantes remanescentes deverão ser convocadas para acompanhar a sessão reaberta.
- 12.6.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), ou email, ou, ainda de acordo com a fase do procedimento licitatório.
- 12.7. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no Sistema da BNC, sendo responsabilidade da licitante manter seus dados cadastrais devidamente atualizados.

13 – DA ADJUDICÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 13.1. O objeto deste certame será adjudicado pelo Pregoeiro, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá a autoridade competente para homologação.
- 13.2. O objeto deste pregão será adjudicado à licitante vencedora.
- 13.3. A homologação deste pregão compete à autoridade superior.

14 - DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 14.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- 14.2 A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail:

Página 13 de 50



<u>licitação@amaraji.pe.gov.br</u>, ou por petição dirigida ou protocolada no seguinte endereço: <u>Rua Rocha Pontual, 72 Centro – Prédio da Prefeitura Municipal de Amaraji/PE – Diretamente na Sala de Reunião da Comissão Permanente de Licitação.</u>

- 14.3 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.
- 14.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
 - 14.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.
 - 14.6. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

15 - RECURSO

- 15.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá no prazo máximo de **15** (quinze) minutos, na sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de até **03** (três) dias úteis para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata aos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 15.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do **subitem 15.1**, importará na **decadência** desse direito, ficando o Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.
- 15.3. A decisão do Pregoeiro deverá ser motivada e submetida à apreciação da autoridade responsável pela licitação.
- 15.4. O acolhimento do recurso implica tão somente na invalidação daqueles atos que não sejam passíveis de aproveitamento.
- 15.5. O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo, conforme o art. 109 § 2º da lei 8.666/93.
- 15.6. Decididos os recursos e constada à regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.
- 15.7. Não serão conhecidos os recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como, os que não forem registrados no Sistema.
- 15.8. Os autos do processo permanecerão à disposição dos interessados, na Comissão Permanente de Licitação, localizada no, situado na Rua Rocha Pontual, nº 72, Centro, CEP 55515-000, Amaraji/PE. Fone: (81) 3553-1944.



16 - DO PREGOEIRO, EQUIPE DE APOIO E DA AUTORIDADE SUPERIOR

- 16.1. Caberá ao Pregoeiro as atribuições dispostas no artigo 17, do Decreto Federal 10.024 de 20 de setembro de 2019.
- 16.2. Caberá à equipe de apoio auxiliar o Pregoeiro nas etapas do processo licitatório, conforme artigo 18 do Decreto Federal 10.024 de 20 de setembro de 2019.
- 16.3. A Autoridade Superior caberá às atribuições previstas no artigo 13 do Decreto Federal 10.024 de 20 de setembro de 2019.
- 16.4. O Pregoeiro ou autoridade superior buscarão subsídios em pareceres emitidos por técnicos ou especialistas no assunto do objeto desta licitação.

17 - DO PAGAMENTO E DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 17.1 Os pagamentos serão efetuados mediante crédito em conta corrente da contratada, por ordem bancária, em até 30 (trinta) dias consecutivos, a contar do recebimento definitivo, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e caso não haja fato impeditivo para o qual tenha concorrido à contratada.
- 17.1.1 Os pagamentos serão realizados integralmente, em correspondência com os itens licitados efetivamente entregues no mês anterior ao do pagamento.
- 17.1.2 A nota fiscal devidamente atestada deverá ser apresentada na Prefeitura Municipal de Amaraji/PE, Localizada na Rua Rocha Pontual, n° 72, Centro, Amaraji/PE, CEP: 55515-000.

17.2 Por ocasião do pagamento a contratada deverá apresentar:

- a) Certificado de Regularidade do FGTS CRF, comprovando regularidade com o FGTS;
 b) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais, Dívida Ativa da União, e INSS expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;
 - c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
 - d) Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da contratada.
 - 17.3 O pagamento será realizado, após a apresentação pela Contratada da nota fiscal devidamente preenchida e indicação do banco, agência e conta bancária da empresa que receberá o valor do objeto.
- 17.4 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.
 - 17.5 Nenhum pagamento será efetuado à adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou à atualização monetária.
 - 17.6 A nota fiscal que for apresentada com erro, ou observada qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento, será devolvida à contratada para correção e



nesse caso o prazo previsto no subitem 18.1 será interrompido. A contagem do prazo previsto para pagamento será iniciada a partir da respectiva regularização.

- 17.7 Eventuais atrasos nos pagamentos imputáveis à contratada não gerarão direito a qualquer atualização.
- 17.8 A adjudicatária não poderá apresentar nota fiscal/fatura com CNPJ/MF diverso do registrado no Contrato.
- 17.9 Não será concedido reajuste ou correção monetária ao valor do Contrato.
 - 17.9.1 Fica assegurado o reequilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, mediante a superveniência de fato imprevisível nos termos e forma estabelecida no artigo 65, inciso II, *d* da Lei 8.666/93 mediante provocação da contratada, cuja pretensão deverá estar suficientemente comprovada através de documento (s).
 - 17.10 Deverão estar inclusos nos preços apresentados todos os gastos do frete, embalagem e todos e quaisquer tributos, sejam eles sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais ou de qualquer outra natureza resultantes da execução do contrato.

17.11 Atualização Monetária:

17.11.1 Ocorrendo atraso no pagamento, e desde que para tanto, a contratada não tenha concorrido de alguma forma; haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do IPCA/IBGE ocorrida entre a data final prevista para o pagamento e a data de sua efetiva realização.

17.12 Ata de Regristro de Preço.

- 17.12.1 Homologada a licitação pela Autoridade Competente, as secretarias que forem responsáveis pela execução do contrato, respeitada a ordem de classificação e a quantidade do fornecedor a ser registrado, o item, convocará o licitante vencedor para, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação, assinarem a Ata de Registro de Preços que, depois de cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, com validade de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura.
- 17.1.1 Em não comparecendo, tempestivamente, para a assinatura da Ata de Registro de Preços, o licitante convocado decairá do seu direito à Contratação, conforme preceitua o Art. 4°, incisos XXII e XXIII, da Lei nº 10.520/2002.
- 17.1.2 O prazo para a assinatura da Ata de Registro de Preços, de até 03 (três) dias úteis definido no item **17.1** anterior, poderá ser prorrogado uma vez, desde que solicitado por escrito, durante o prazo transcurso, e ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.
- 17.2 A Ata de Registro de Preços é um documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura Contratação das secretarias que forem responsáveis pela execução do contrato ou dos Interessados, e destina-se ao registro dos preços e a subsidiar o acompanhamento destes. A Ata indicará o fornecedor, o órgão contratante e as condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas neste Edital, item a item.



- 17.3 Com a assinatura da Ata de Registro de Preços, a empresa que teve seu preço registrado assume o compromisso de atender, durante o prazo de vigência os pedidos realizados, observado os quantitativos estimados.
- 17.4 A contratação com o fornecedor registrado será formalizada por intermédio de Contratado com as secretarias que forem responsáveis pela execução do contrato e/ ou diretamente com o interessado.
- 17.5 O licitante registrado fica obrigado a atender a todos os pedidos efetuados durante a vigência da Ata de Registro de Preços, desde que não ultrapassem a estimativa de quantitativos de unidades a serem pedidas, acrescida 25% (vinte e cinco por cento).
- 17.6 Como condição para assinatura da Ata de Registro de Preços, o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação.
- 17.7 Se o licitante vencedor não apresentar situação regular no ato da assinatura da Ata de Registro de Preços, ou recusar-se a assinar o referido instrumento, injustificadamente, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para assinar a referida Ata, e, assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.
- 17.8 A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei nº 8.666/93.
- O preço registrado para cada item poderá ser revisto em face de eventual redução daqueles praticados, ou de fato que eleve o custo dos materiais registrados.
- 17.9 Quando o preço inicialmente registrado para o item, por motivo superveniente, torna-se superior ao preço praticado no mercado as secretarias que forem responsáveis pela execução do contrato, convocará o licitante registrado visando à negociação para redução de preços e sua adequação àquele praticado pelo mercado.
- Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.
- Na hipótese do subitem anterior, as secretarias que forem responsáveis pela execução do contrato, convocará o fornecedor, na ordem de classificação do Processo Licitatório para o item em questão, visando igual oportunidade de negociação.
- 17.10 Quando o preço de mercado para determinado item torna-se superior aos preços registrados e, o fornecedor registrado, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, as secretarias que forem responsáveis pela execução do contrato poderá:
- Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, desde que o requerimento ocorra antes do pedido de fornecimento.
- Convocar o fornecedor classificado para o item, visando igual oportunidade de negociação.
- 17.11 Não havendo êxito nas negociações, as secretarias que forem responsáveis pela execução do contrato procederá à revogação ITEM em questão, da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.



- 17.12 O licitante registrado terá seu registro cancelado quando:
- Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços.
- Não retirar a respectiva Nota de Empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.
- Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.
- Tiver presente razões de interesse público.
 - 17.13 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado pelas secretarias que forem responsáveis pela execução do contrato
 - 17.14 O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado.
 - 17.15 Compete aos licitantes registrados envidar todo o empenho e a dedicação necessários ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe são confiados, e ainda a:
- Assinar a Ata de Registro de Preços.
- Tomar todas as providências necessárias para o fiel cumprimento das disposições contidas no Termo de Referência, do Edital e da Ata de Registro de Preços.
- Entregar os itens licitados no(s) prazo(s) máximo(s) determinado(s) no termo de Referência **Anexo I**, deste Edital.
- Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, as partes do objeto deste Edital seus anexos, em que se verificarem vícios, defeitos, ou incorreções resultantes dos produtos empregados.
- Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar a as secretarias que forem responsáveis pela execução do contrato, a usuários participantes ou a terceiros, em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.
- Não efetuar, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade para outros, sejam fabricantes, representantes, concessionárias, técnicos ou quaisquer outros.
- Manter durante toda a execução do objeto da presente licitação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital e seus Anexos.
- Informar as secretarias que forem responsáveis pela execução do contrato ou ao Interessado, a ocorrência de fatos que possam interferir direta ou indiretamente, na regularidade do Fornecimento.



18- DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes deste Contrato correrão por conta dos recursos a seguir especificados:

PODER: 02 EXECUTIVO

ORGÃO: 0202 - SECRETARIA DE GOVERNO

PROGRAMA/ATIVIDADE: 0412200021600000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA

SECRETARIA DE GOVERNO

FUNÇÃO/PROGRAMA: MATERIAL DE CONSUMO

PODER: 02 EXECUTIVO

ORGÃO: 0203 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PROGRAMA/ATIVIDADE: 04121000220110000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA

SECRETARIA

FUNÇÃO/PROGRAMA: MATERIAL DE CONSUMO

PODER: 02 EXECUTIVO

ORGÃO: 0204 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA/ATIVIDADE: 12361002120190000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

FUNÇÃO/PROGRAMA: MATERIAL DE CONSUMO

PODER: 02 EXECUTIVO

ORGÃO: 0204 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA/ATIVIDADE: 12361002120220000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO

ENSINO FUNDAMENTAL

FUNCÃO/PROGRAMA: MATERIAL DE CONSUMO

PODER: 02 EXECUTIVO

ORGÃO: 0204 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA/ATIVIDADE: 12361002120450000 - PROGRAMA DE MANUTENÇÃO DAS

ATIVIDADES ENSINO FUNDAMENTAL

FUNÇÃO/PROGRAMA: MATERIAL DE CONSUMO

PODER: 02 EXECUTIVO

ORGÃO: 0204 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA/ATIVIDADE: 12365001920390000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE

ENSINO INFANTIL

FUNCÃO/PROGRAMA: MATERIAL DE CONSUMO

PODER: 02 EXECUTIVO

ORGÃO: 0204 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA/ATIVIDADE: 1236600202175000 -MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

FUNÇÃO/PROGRAMA: MATERIAL DE CONSUMO

PODER: 02 EXECUTIVO

ORGÃO: 0205 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES

PROGRAMA/ATIVIDADE: 15451002920540000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA

SECRETARIA

FUNÇÃO/PROGRAMA: MATERIAL DE CONSUMO



PODER: 02 EXECUTIVO

ORGÃO: 0205 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES

PROGRAMA/ATIVIDADE: 15452002820620000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE

LIMPEZA PUBLICA

FUNÇÃO/PROGRAMA: MATERIAL DE CONSUMO

PODER: 02 EXECUTIVO

ORGÃO: 0206 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROGRAMA/ATIVIDADE: 08244003520510000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA

SECRETARIA

FUNÇÃO/PROGRAMA: MATERIAL DE CONSUMO

PODER: 02 EXECUTIVO

ORGÃO: 0207 - SECRETARIA DE SAÚDE E SANEAMENTO

PROGRAMA/ATIVIDADE: 10122001320480000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA

SECRETARIA DE SAÚDE

FUNÇÃO/PROGRAMA: MATERIAL DE CONSUMO

PODER: 02 EXECUTIVO

ORGÃO: 0208 - SECRETARIA DE ESPORTES, CULTURA, TURISMO E JUVENTUDE

PROGRAMA/ATIVIDADE: 13392003320760000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA

SECRETARIA

FUNÇÃO/PROGRAMA: MATERIAL DE CONSUMO

PODER: 02 EXECUTIVO

ORGÃO: 0209 – SECRETARIA DA MULHER

PROGRAMA/ATIVIDADE: 08244001021630000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA

SECRETARIA DA MULHER

FUNÇÃO/PROGRAMA: MATERIAL DE CONSUMO

PODER: 02 EXECUTIVO

ORGÃO: 0210 – SECRETARIA DE AGRILCULTURA

PROGRAMA/ATIVIDADE: 20605002320710000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA

SECRETARIA

FUNÇÃO/PROGRAMA: MATERIAL DE CONSUMO

PODER: 02 EXECUTIVO

ORGÃO: 0211 - SECRETARIA DE FINANÇAS

PROGRAMA/ATIVIDADE: 04123000221670000 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE

FINANÇAS

FUNCÃO/PROGRAMA: MATERIAL DE CONSUMO

PODER: 30 FUNDO MUNICIPAL

ORGÃO: 3010 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

PROGRAMA/ATIVIDADE: 08243000820810000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO

CONDICA

FUNÇÃO/PROGRAMA: MATERIAL DE CONSUMO

PODER: 30 FUNDO MUNICIPAL

ORGÃO: 3020 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

PROGRAMA/ATIVIDADE: 08244003420990000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO

FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

FUNÇÃO/PROGRAMA: MATERIAL DE CONSUMO



PODER: 30 FUNDO MUNICIPAL

ORGÃO: 3020 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

PROGRAMA/ATIVIDADE: 08244000421050000 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE

REFERENCIA - CRAS

FUNÇÃO/PROGRAMA: MATERIAL DE CONSUMO

PODER: 30 FUNDO MUNICIPAL

ORGÃO: 3020 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

PROGRAMA/ATIVIDADE: 08244000421070000 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE

REFERENCIA ESPECIALIZADA - CREAS

FUNÇÃO/PROGRAMA: MATERIAL DE CONSUMO

PODER: 30 FUNDO MUNICIPAL

ORGÃO: 3020 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

PROGRAMA/ATIVIDADE: 08244000423000000 - PROGRAMA BOLSA FAMILIA - IGD

FUNÇÃO/PROGRAMA: MATERIAL DE CONSUMO

PODER: 30 FUNDO MUNICIPAL

ORGÃO: 3030 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROGRAMA/ATIVIDADE: 10301001321120000 - MANUTENÇÃO DA ACADEMIA DA

SAUDE

FUNÇÃO/PROGRAMA: MATERIAL DE CONSUMO

PODER: 30 FUNDO MUNICIPAL

ORGÃO: 3030 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROGRAMA/ATIVIDADE: 10301001321210000 - PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA - PSF

FUNÇÃO/PROGRAMA: MATERIAL DE CONSUMO

PODER: 30 FUNDO MUNICIPAL

ORGÃO: 3030 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROGRAMA/ATIVIDADE: 10301001321270000 - MANUTENCÃO DO NUCLEO DE APOIO

A SAUDE DA FAMILIA - NASF

FUNÇÃO/PROGRAMA: MATERIAL DE CONSUMO

PODER: 30 FUNDO MUNICIPAL

ORGÃO: 3030 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROGRAMA/ATIVIDADE: 10302001321190000 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE

SAUDE

FUNÇÃO/PROGRAMA: MATERIAL DE CONSUMO

PODER: 30 FUNDO MUNICIPAL

ORGÃO: 3030 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROGRAMA/ATIVIDADE: 10302001321230000 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS

BASICOS DO HOSPITAL E UNIDADES DE SAÚDE FUNÇÃO/PROGRAMA: MATERIAL DE CONSUMO

PODER: 30 FUNDO MUNICIPAL

ORGÃO: 3030 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROGRAMA/ATIVIDADE: 10302001321710000 - MANUTENÇÃO DO SAMU

FUNÇÃO/PROGRAMA: MATERIAL DE CONSUMO

PODER: 30 FUNDO MUNICIPAL

ORGÃO: 3030 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROGRAMA/ATIVIDADE: 10302001325010000 - PROGRAMA DE VIGILANCIA SANITÁRIA

Página 21 de 50



FUNÇÃO/PROGRAMA: MATERIAL DE CONSUMO

19 – DA EXECUÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

19.1 A entrega deverá ser realizada nos quantitativos informados nas ordens de fornecimento gerado pelas secretarias que forem responsáveis pela execução do contrato.
19.2 O transporte, carga e a dos itens, correrão por conta da Contratada, sem qualquer custo adicional solicitado posteriormente a Prefeitura.
19.3 O preço proposto deverá conter todos os custos, impostos, fretes, seguros e taxas, bem como quaisquer outros encargos que incidam sobre o objeto licitado.
20 - DO PRAZO, CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO
20.1 As secretarias que forem responsáveis pela execução do contrato, será responsável pelo recebimento e conferência do gênero entregue. Será procedida a verificação de acordo com as características descritas neste termo de referência, sendo posteriormente aferida a conformidade.
O prazo para entrega do objeto deste Edital, será conforme cronograma fornecido pelas secretarias que forem responsáveis pela execução do contrato, a qual formulará periodicamente, tendo a proponente o prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas contadas em dias úteis, e a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento emitida pelo Departamento Responsável de cada secretaria para entregar o produto solicitado.
20.3 O objeto desta contratação deverá ser entregue, parceladamente, pela empresa licitante vencedora, por sua conta, risco e expensas, na quantidade solicitada, pelas secretarias que forem responsáveis pela execução do contrato de acordo com a necessidade da Contratante.
20.4 A(s) Contratada(s) ficará(ão) obrigada(s) a trocar(em) o(s) produto(s) que vier(em) a ser(em) recusado(s) por não atender(em) à(s) especificação(ões) deste Termo de Referência, sem que isto acarrete qualquer ônus à administração ou importe na relevância das sanções previstas na legislação vigente. O prazo para entrega do(s) novo(s) produto(s) será de até 48 (quarenta e oito) horas contadas em dias úteis, a contar da notificação à contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
O fornecedor compromete-se a substituir ou repor o produto quando:
20.5.1 Houver na entrega embalagens danificadas, defeituosas ou inadequadas que exponham o produto à contaminação e/ou deterioração;
20.5.2 Houver na entrega produtos deteriorados ou impróprios para o consumo;
20.5.3 O produto não apresentar condições adequadas quanto ao sabor, odor, cor e aspecto dentro do prazo de validade;
20.5.4 O produto apresentar temperatura superior ao estabelecido nas Especificações no ato da entrega.



- Os produtos serão recebidos pelas secretarias que forem responsáveis pela execução do contrato responsável pelo recebimento do produto proveniente de sua solicitação, assim como o acompanhamento e fiscalização do contrato para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, Anexo I, deste Edital, e na proposta de preços.
- 20.7 O produto podera ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **48 (quarenta e oito horas) contados em dias úteis,** a partir da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 20.8 Os produtos serão recebidos definitivamente após a verificação da qualidade e quantidade dos produtos e consequente aceitação, mediante atestado do setor responsável.
- 20.9 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

21 - DO LOCAL DE ENTREGA

- 21.1 Deverá compor a ordem de fornecimento o endereço onde cada licitante deverá realizar entrega, como base do endereço será a sede da Prefeitura Municipal de Amaraji/PE, com o prazo máximo de 72 horas, contado do recebimento da Ordem de fornecimento, emitida pelo Departamento responsável da Prefeitura ou pelos respectivos fundos municipais responsáveis e designuinaod para tal fim, **no horário de 07h00min as 13h00min.**
- $21.2\,$ O local da entrega deverá ser na Rua Rocha Pontual, 72 centro, Amaraji/PE.

22 - DAS PENALIDADES

- 22.1 Se o contratado inadimplir as obrigações assumidas, no todo ou em parte, ficará sujeito, assegurado o contraditório e a ampla defesa, às **sanções** previstas nos artigos 86 e 87 da lei 8.666/93, e ao pagamento de **multa** nos seguintes termos:
- 22.1.1 Pelo **atraso no fornecimento**, em relação ao prazo estipulado: 1% (um por cento) do valor do fornecimento, por dia decorrido, até o limite de 10% (dez por cento) do valor do fornecimento;
- 22.1.2 Pela **recusa em iniciar o fornecimento**, caracterizada em cinco dias após o vencimento do prazo estipulado: 10% (dez por cento) do valor do fornecimento;
- 22.1.3 Pela **demora em corrigir falhas no fornecimento**, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição: 2% (dois por cento) do valor do fornecimento, por dia decorrido;
- 22.1.4 Pela **recusa da contratada em corrigir falhas no fornecimento**, entendendo-se como **recusa no fornecimento** não efetivado nos cinco dias que se seguirem à data da rejeição: 10% (dez por cento) do valor do fornecimento rejeitado;



- 22.1.5 Pelo **não cumprimento de qualquer condição fixada neste Edital** e não abrangida nos incisos anteriores: 1% (um por cento) do valor contratado, para cada evento.
- 22.2 As multas estabelecidas no subitem anterior podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a 10% (dez por cento) do valor do contrato, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.
- 22.3 Ficará sujeito à penalidade prevista no art. **7° da Lei Federal n° 10.520/02** (impedimento de licitar e contratar), sem prejuízo das multas previstas neste Edital, no Contrato e nas demais cominações legais, o contratante ou licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, agir em conformidade com as hipóteses a seguir:

22.3.1 Não celebrar o contrato;

- 22.3.2 Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa em lugar de documentação legítima exigida para o certame;
- 22.3.3 Ensejar o retardamento da execução do seu objeto;
- 22.3.4 Não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 22.3.5 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraudefiscal.
- 22.4 As sanções e penalidades previstas nos itens antecedentes serão aplicadas pelas autoridades competentes, assegurados ao contratado ou ao adjudicatário, o contraditório e a ampla defesa.

23- DISPOSIÇÕES GERAIS

- 23.1 Esta Licitação na modalidade de Pregão Eletrônico poderá ser revogada por interesse das secretarias que forem responsáveis pela execução do contrato (Prefeitura Municipa de Amaraji/PE), em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato ou anulada por vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocação de terceiros, sem que as licitantes tenham direito a qualquer indenização, obedecendo ao disposto no art. 18 do Decreto nº 3.555/2000.
- 23.2 O proponente assume todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e as secretarias que forem responsáveis pela execução do contrato, não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou resultado do Processo Licitatório.
- O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 23.4 Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.
- O licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, **ficará**



impedid	o de	licit	ar (e de	e con	tratar	con	ı a	Adm	inis	tração,	e	será	desc	redenc	iado	no
SICAF, p	elo p	razo	de (D5 (cinco)	anos,	sem	pre	juízo	das	multas	pr	evista	s em	Edita	1 e	das
demais c	omin	ações	leg	ais.													

- 23.6 As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança da futura contratação.
- 23.7 As informações e esclarecimentos necessários a perfeito conhecimento do objeto desta licitação poderão ser prestados pelo Pregoeiro, no local e horário indicados no **item 2.3 do preâmbulo deste Edital**.
- 23.8 Após publicação da homologação do certame o envelope contendo o documento de habilitação do licitante ficara à disposição para retirada na Sala do Pregoeiro e Equipe de Apoio (sala da Comissão de Licitação), localizada na Rua Rocha Pontual, 72 Centro Amaraji -PE, pelo prazo de 30 dias, findo o qual serão destruídos.
- 23.9 Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da legislação vigente.
- 23.10 Para quaisquer questões judiciais oriundas do presente Edital, prevalecerá o Foro da Comarca de Amaraji, Estado de Pernambuco, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- 23.11 São partes indissociáveis deste Edital os seguintes anexos:

Amaraji - PE, 03 de Junho de 2021.

Alexsandro Antonio da Silva Pregoeiro

ANEXO I EDITAL DE PREGÃO Nº ___/2021 DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

À	(indicação do órgão licitante)
REF. PREC	GÃO N°/2021
Senhor Pr	egoeiro,
	nte, declaro que, nos termos do art. 4°, VII, da Lei n°. 10.520/2002, a empresa (indicação da razão social) cumpre plenamente os requisitos de habilitação para N°. /2021, cujo objeto é



,	_ de	de 2021.	
		legal ou procurador	



ANEXO II EDITAL DE PREGÃO Nº ____/2021 DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Emp	re
sa, inscrita no CNPJ nº	,
por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a)	,
portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº	
declara que se enquadra na condição de MICROEMPRESA - ME OU EMPRESA PEQUENO PORTE - EPP, constituídas na forma da LEI COMPLEMENTAR Nº 123,	DE
14/12/2006.	
Para tanto anexo o Termo de Opção do SIMPLES ou LUCRO PRESUMIDO , registrado autenticado na Junta Comercial (indicar o local da sede ou domicílio licitante, onde for o registro).	ou

CARIMBO/CNPJ ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA



ANEXO III - TERMO DE REFERÊNCIA

01 - OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais de limpeza, descatáveis e kits de merenda (prato, colher e copos) para suprir as necessidades das secretarias de Educação, secretaria de Assistência Social, de Administração e a Secretaria de Saúde.

02 - ESPECIFICAÇÕES e QUANTIDADE e VALORES MÁXIMOS ADMITIDOS: VALOR TOTAL GLOBAL ESTIMADO:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	ACOND.	TOTAL QUANT	VALOR GERAL
1	ACENDEDOR TIPO FÓSFORO DE MADEIRA, COMPOSTO DE VEGETAL E MINÉRIO, APRESENTADO NA FORMA DE PALITO, COM PONTA DE PÓLVORA, CAIXA COM PALITOS MÉDIOS, PACOTE COM 20 MAÇOS DE 50G CADA	PACOTES	38	R\$ 2.548,79
2	ÁCIDO MURIÁTICO EMBALADO EM GARRAFA DE VIDRO COM 1000ML.	LITRO	45	R\$ 298,05
3	AEROSOL PARA PERFUMAR AMBIENTE COM PERFUME DE ROSAS, FRASCO COM 375 ML. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, VALIDADE E PROCEDÊNCIA OBRIGATÓRIA APRRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO DE REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA.	CAIXA / 24 X 375ML	110	R\$ 33.171,97
4	ÁGUA SANITÁRIA GARRAFA DE 1000ML SOLUÇÃO AQUOSA COM TEOR ATIVO DE CLORO MÍNIMO DE 2% P/P, E ÁGUA POTÁVEL, COM VALIDADE PARA 6 MESES, RÓTULO CONTENDO TODAS AS EXIGÊNCIAS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE. CAIXA COM 12 FRASCOS DE 01 LITRO.	CAIXA	95	R\$ 1.722,98
5	ÁLCOOL EM GEL, ETÍLICO HIDRATADO A 65° INPM, FRASCO COM 500ML, IDENTIFICANDO O PRODUTO, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE. O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NO MINISÉRIO DA SAÚDE.	FRASCO	110	R\$ 1.322,93
6	ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO A 46° INPA, EMBALAGEM COM 500 ML, IDENTIFICANDO O PRODUTO, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE O PRODUTO DESVERÁ SER REGISTRADO NO MINISTÉRIO PÚBLICO DA SAÚDE. USO DOMÉSTICO. CAIXA COM 12 UNIDADE DE 500ML.	CAIXA	90	R\$ 8.836,80
7	AVENTAL DE NAPA – TAMANHO MÉDIO	UND	150	R\$ 6.355,00
8	BACIA EM POLIPROPILENO – RESISTENTE, CAPACIDADE 10 LITROS.	UND	80	R\$ 3.193,87
9	BACIA EM POLIPROPILENO – RESISTENTE, CAPACIDADE 20 LITROS.	UND	80	R\$ 4.308,80
10	BALDE COM TAMPA, CAPACIDADE 13,5 L COR CINZA.	UND	80	R\$ 2.968,53
11	BALDE EM PLÁSTICO RESISTENTE A IMPACTO, COM TAMPA, CAPACIDADE 15 L	UND	80	R\$ 3.490,13



12	BALDE PLÁSTICO COM PEDAL COM CAPACIDADE PARA 30 LITROS.	UND	50	R\$ 4.251,00
13	BALDE PLÁSTICO COM TAMPA RESISTENTE COM CAPACIDADE PARA 100 LITROS.	UND	50	R\$ 11.323,33
14	BALDE PLÁSTICO RESISTENTE COM CAPACIDADE PARA 20L COM ALÇA.	UND	50	R\$ 1.536,33
15	BALDE PLÁSTICO, RESISTENTE COM PEDAL. CAPACIDADE PARA 100 LITROS.	UND	50	R\$ 19.591,67
16	BOLSA DE POLIETILENO TRANSPARENTE, DE MATERIAL NÃO RECICLADO DESTINADO AO ARMAZENAMENTO DE ALIMENTOS, CAPACIDADE 1KG.	BOBINAS	150	R\$ 11.555,00
17	BOLSA DE POLIETILENO TRANSPARENTE, DE MATERIAL NÃO RECICLADO DESTINADO AO ARMAZENAMENTO DE ALIMENTOS, CAPACIDADE 5KG.	BOBINAS	150	R\$ 13.087,00
18	BOLSA PARA CACHORRO-QUENTE. PACOTE COM 1000 UNIDADES	PACOTE	150	R\$ 9.980,50
19	CESTO PARA LIXO VAZADO, CAPACIDADE 10 LITROS EM PLÁSTICO RESISTENTE.	UND	110	R\$ 1.162,33
20	CLORO CONCENTRADO COM TEOR ATIVO DE NO MÍNIMO 5% PARA LIMPEZA PESADA EMBALAGEM EM BOMBONA DE 1 LITRO. CAIXA COM 12 UNIDADES	CAIXA	110	R\$ 9.702,00
21	CLORO, CONCENTRADO COM TEOR ATIVO DE NO MÍNIMO 5% PARA LIMPEZA PESADA EMBALAGEM EM BOBONA DE 5 LITROS (APRESENTAR LAUDO DE LABORATÓRIO OFICIAL CREDENCIADO PELA ANVISA)	BOMBONA	30	R\$ 713,70
22	COLHER DESCARTÁVEL PARA REFEIÇÃO - TAMANHO GRANDE – PLÁSTICO, LISA. PACOTE COM 50 UNIDADES	PACOTE	20	R\$ 99,27
23	COLHER DESCARTÁVEL, TAMANHO PEQUENO (SOBREMESA). CAIXA COM 1000 UNIDADES	CAIXA	20	R\$ 85,27
24	COPO DESCARTÁVEL DE 200 ML EM POLIETILENO. PACOTE COM 50 UNDADES. CAIXA COM 25 PACOTES	CAIXA	60	R\$ 8.302,40
25	COPO DESCARTÁVEL PARA LÍQUIDO 180 ML EM POLIETILENO – NÃO RECICLADO, PACOTES COM 100 UNIDADES. CAIXA COM 25 PACOTES	CAIXA	50	R\$ 6.321,17
26	DESENGORDURANTE PARA LIMPEZA PROFUNDA NA COZINHA, PIAS, FOGÕES E ELETRODOMESTICOS,COM ALQUILK BENZENO SULFONATO DE SÓDIO, TENSOATIVO ANI/ŌNICO,SOLVENTE, COADJUVANTES,SEQUESTRANTE,FRAGRÂNCIA E ÁGUA.ANTIBACTERICIDA, EMBALAGEM COM 500ML	UNIDADE	40	R\$ 82,00
27	DESENTUPIDOR PARA SANITÁRIO - MANUAL, COM BOCA DE BORRACHA, LISO, MEDINDO 13CM DE DIÂMETRO, CABO DE MADEIRA, MEDINDO 40CM DE ALTURA	UND	60	R\$ 984,00
28	DESINFETANTE EM EUCALIPTO. PRINCÍPIO ATIVO CLORETO ALQUIL BENZIL AMÔNIO, COMPOSIÇÃO BÁSICA MONIL FENOL ETOCILADO ÓLEO DE EUCALIPTO CORANTE EOUTRAS SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS PERMITIDAS COMPOSIÇÃO AROMÁTICA EUCALIPTO (RESOLUÇÃO 336/99, PORT. 15/88 DO MS) ACONDICINADO EM FRASCO PLÁSTICO CONTENDO 500 ML. CAIXA COM 12 UNIDADES DE 500 ML	CAIXA	60	R\$ 3.301,20
29	DETERGENTE FRAGÂNCIA MAÇĀ OU LIMÃO ACONDICIONAMENTO EM BALDE DE 50L, BIODEGRADÁVEL CONCENTRADO. RÓTULO COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE	BALDE	40	R\$ 7.434,53
30	DETERGENTE NEUTRO CONCENTRADO 500ML – COMPOSIÇÃO: COMPONENTE ATIVO, GLICERINA, COADJUVANTES, CONSERVANTES, SEQUESTRANTE, ESPESSANTES, CONTROLADOR DE PH, CORANTES, FRAGÂNCIA E ÁGUA, TENSOATIVO BIODEGRADÁVEL, RÓTULO COM EXIGÊNCIA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, FRASCO C/500 ML CAIXA COM 24 UNIDADES.	CAIXA	42	R\$ 1.748,46
31	ESPANADOR DE NYLON COM CABO DE MADEIRA MEDINDO 60CM.	UND	55	R\$ 1.451,27
				



32	ESPONJA DE LĂ DE AÇO, CARBONO ABRASIVO, PARA LIMPEZA EM GERAL, EMBALAGEM COM 8 UNIDADES, CONTENDO MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE. FARDO COM 14 PACOTES DE 60G	FARDO	57	R\$ 2.054,66
33	ESPONJA, MULTIUSO, DUPLA FACE, SINTÉTICA A BASE DE ESPUMA DE POLIURETANO COM BACTERICIDA E FIBRA SINTÉTICA COM ABRASSIVO, DIMENSÕES APROXIMADAS 100X65X20MM, EMBALAGEM PLÁSTICA INDIVIDUAL, CONTENDO O NOME DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE, NA COR VERDE/AMARELA. CAIXA COM 60 UNIDADES.	CAIXA	40	R\$ 2.642,67
34	FLANELA PARA LIMPEZA, 100% DE ALGODÃO, COR AMARELA DE TOM FORTE, LISA, MEDINDO 56X38CM	UND	60	R\$ 209,40
35	GUARDANAPO DE PAPEL - MEDINDO 23 X 22 CM. FOLHA SIMPLES, LIDO, NA COR BRANCA, SUPERIOR A 70%, MÁXIMO DE 15MM/M2. PACOTE COM 50 UNIDADES E CAIXA COM 48 PACOTES	CAIXA	32	R\$ 1.518,19
36	INSETICIDA EM FORMA DE AEROSOL, BASE AQUOSA, NÃO CONTENDO CFC (CLORO FLÚOR CARBONO), INGREDIENTES ATIVOS: IMIPROTRINA 0,020%, PERMETRINA 0,050%, ESBIOTRINA 0,100%. COMPOSTO DE INGREDIENTES ATIVOS, SOLVENTE, ANTIOXIDANTE, EMULSIFICANTE, VEÍCULO E PROPELENTES. EMBALAGEM COM 300 ML, CAIXA COM 24 UNIDADES	CAIXA	40	R\$ 11.733,33
37	LUVA PARA LIMPEZA EM BORRACHA DE LÁTEX NATURAL CANO LONGO, COM REVESTIMENTO INTERNO REFORÇADO, COM SUPERFÍCIE EXTERNA ANTIDERRAPANTE, TAMANHO MÉDIO, DEVERA ESTAR EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS DA ABNT, NBR 13.393. FORNECIDA EM PARES	PAR	45	R\$ 269,25
38	PANO DE PRATO 100% ALGODÃO - PARA LIMPEZA NA COZINHA, MEDINDO 50 X 75 CM, ALVEJADO.COM AS BORDAS COSTURADAS.	UND	60	R\$ 175,20
39	PAPEL ALUMÍNIO 30CMX7,50M	BOBINAS	37	R\$ 261,59
40	PEDRA SANITÁRIA ARREDONDADA, COM SUPORTE, FRAGRÂNCIA DE EUCALIPTO, FLORAL, LAVANDA E PINHO. EM CONSISTÊNCIA SÓLIDA DE 98,99% DE PARADICORBENZENO	UND	40	R\$ 158,00
41	PLÁSTICO FILME EM PVC PARA ALIMENTOS – BOBINA COM 30X1400 CM	BOBINA	40	R\$ 10.493,33
42	POLIDOR DE ALUMÍNIO NEUTRO- COMPOSTO POR TENSOATIVO AMONÍACO, ACIDULANTE, TENSOATIVO NÃO IÔNICO, PRINCIPIO ATIVO ACIDO SULFÔNICO, 500ML, ACONDICIONADO EM FRASCO PLÁSTICO CAIXA COM 24 UNIDADES DE 500 ML	CAIXA	60	R\$ 3.893,60
43	RODO (PUXA E SECA) COM CABO DE MADEIRA RESISTENTE, BASE EM PLÁSTICO MEDINDO 30 CM, COM 01 LÂMINA DE BORRACHA DE EXCELENTE DURABILIDADE.	UND	100	R\$ 937,33
44	RODO GRANDE: · RODO, COM CABO DE MADEIRA PLASTIFICADA COM ROSCA, MEDINDO NO MÍNIMO 1,20 CM DE COMPRIMENTO, SUPORTE PLÁSTICO MEDINDO APROXIMADAMENTE 50 CM, COM BORRACHA DUPLA. UTILIZAÇÃO: PISO OU QUALQUER SUPERFÍCIE LISA	UND	70	R\$ 1.029,00
45	ROLO DE PAPEL TOALHA DE BOA ABSORÇÃO PARA LIMPEZA.FOLHA BRANCA. PACOTE COM 02 ROLOS	PACOTE	170	R\$ 687,93
46	SABÃO AMARELO EM TABLETE 200 GRAMAS - COMPOSIÇÃO BÁSICA SABÃO BASE SÓDIO, GLICERINA, ALCALMIZANTE, COADJUVANTES, CARGA, CORANTE E ÁGUA COMUM NA COR AMARELA EMBALADO EM SACO PLÁSTICO DE 200 GRAMAS, CAIXA COM 50 UNIDADES.	CAIXA	130	R\$ 7.297,33
47	SACO DE CHÃO 100% ALGODÃO – RESISTENTE, ALVEJADO, TAMANHO 50 X 75 X CM, PESO UNIDADE DE NO MÍNIMO 140 GRAMAS	UND	170	R\$ 1.013,77



1		į		
	SACO PLÁSTICO 200L, PARA COLETA DE LIXO DE			
48	PLÁSTICO, MEDINDO 90X110CM. COM 0,08 DE	KG		D¢
	ESPESSURA, NA COR PRETA,SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE ACORDO COM A ABNT		2100	R\$ 55.265,00
	SACO PLÁSTICO 60L, PARA COLETA DE LIXO, DE		2100	33.203,00
	PLÁSTICO, MEDINDO 60X83, COM 0,06 DE ESPESSURA, NA			
49	COR PRETA, SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE	KG		R\$
	ACORDO COM A ABNT		2100	19.285,00
	SACO PLÁSTICO DE 100L, PARA COLETA DE LIXO, DE			
	PLÁSTICO, MEDINDO 75X105CM. COM 0,07 DE	17.0		
50	ESPESSURA, NA COR PRETA, SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO	KG		R\$
	ESTAR DE ACORDO COM A ABNT		2100	26.530,00
	SACO PLÁSTICO DE 20L, PARA COLETA DE LIXO, DE			
51	PLÁSTICO, MEDINDO 39X58CM. COM 0,05 DE ESPESSURA,	KG		
-	NA COR PRETA, SUAS CONDIÇÕES DEVERÃO ESTAR DE		0100	R\$
	ACORDO COM A ABNT		2100	15.155,00
52	SODA CÁUSTICA, CAIXA COM 12 UNIDADES DE 01 KG	CAIXA	60	R\$ 12.298,20
<u> </u>	TOALHAS DE ROSTO 100% ALGODÃO, FELPUDA BORDAS		- 00	R\$
53	COSTURADAS, TAMANHO 50 CM X 75 CM	UND	170	2.286,50
54	TOUCA DESCARTÁVEL HIGIÊNICA COM ELÁSTICO NAS	PACOTE		R\$
34	BORDAS . PACOTE COM 100 UNIDADES	PACUIE	1.500	30.465,00
1	VASSOURA DE NYLON PARA USO DOMÉSTICO COM BASE			
	PINTADA, DIMENSÕES: COMPRIMENTO X LARGURA X			
55	ALTURA (30CM X 4,5 CM X 3,5 CM) COM CERDAS DE	CAIXA		
	NYLON CERLON NA COR PRETA E BRANCA COM ALTURA DE 5 CM COM 92 TUFOS, CABO DE MADEIRA. CAIXA COM			R\$
	12 UNIDADES.		170	21.748,67
	VASSOURA DE PELO - TAMANHO UNIFORME A BASE DE		110	21.1 10,01
	POLIPROPILENO, COM CABO DE METAL REVESTIDO,			
56	CONTENDO ROSCA PARA CABO, CAIXA COM 12	CAIXA		R\$
	UNIDADES.		70	8.978,67
	VASSOURA DE PIASSAVA PARA PISO LISO E SEMI	0.4777		DΦ
57	RÚSTICO, MATERIAL NATURAL E METAL, COM CABO DE MADEIRA, CAIXA COM 12 UNIDADES.	CAIXA	70	R\$ 8.428,47
	, and the second		70	R\$
58	LENÇOL DESCARTÁVEL 50X70. CAIXA COM 8 ROLOS	CAIXA	500	56.046,67
59	SACO DE LIXO HOSPITALAR 100 LITROS (PACOTE C/ 100	PACOTE		R\$
<u> </u>	UNIDADES)	1110012	500	35.766,67
60	SACO DE LIXO HOSPITALAR 40 LITROS(PACOTE C/ 100 UNIDADES)	PACOTE	500	R\$ 30.895,00
	SABÃO EM PÓ LAVA ROUPAS. DIVERSAS FRAGRÂNCIAS.		300	30.050,00
	EMBALAGEM DE 500G, CONTENDO EXTERNAMENTE			
	DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE	EADDO /07		
61	LOTE E VALIDADE. COMPOSIÇÃO LINEAR ALQUIL	FARDO/27 DE 500 G		
	BENZENO SULFONATO DE SÓDIO, ALCALINIZANTESM	ਹਿਰ 300 G		
	BRANQUEADOR ÓPTICO, COADJUVANTE, SINERGISTAS,		150	R\$
<u> </u>	CARGA, CORANTE, FRAGRÂNCIA, ENZIMA E ÁGUA. AMACIANTE DE ROUPA, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO		150	11.888,50
	VISCOSO CONCENTRADO, PERFUMADO. FRASCO DE 2			
	LITROS, COM TAMPA ABRE E FECHA COM LACRE DE			
60	ROSQUEAR. A EMBALAGEM DEVER CONTER	EADDO		
62	EXTREMAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO,	FARDO		
	PROCEDENCIA, NUMERO DO LOTE, VALIDADE E NUMERO			
	DE REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE , FARDOS			R\$
	CONTENDO 6 EMBALAGENS DE 2 LITROS.		60	2.209,00
	PAPEL HIGIÊNICO FOLHA SIMPLES PICOTADA, EM ROLO, NÃO RECICLADO, ALTA ABSORÇÃO, NA COR BRANCA,			
	DIMENSÕES DE 10CM X 60M. A EMBALAGEM DEVERÁ			
63	CONTER A MARCA DO FABRICANTE, DIMENSÃO,	FARDO		
	INDICAÇÃO DE NÃO RECICLADO, COR E LOTE DO			R\$
	PRODUTO, EM FARDOS COM 64 ROLOS.		1060	50.279,33
64	ALCOOL LIQUIDO 70° 1 LITRO CAIXA COM 12 UNIDADES	CAIXA	110	R\$
<u> </u>			110	26.601,67



65	PÁ DE LIXO COM CABO DE 60CM, CUMPRIMENTO 18X60X20, COM CABO EM MADEIRA E MATERIAL DE RECOLHIMENTO EM PLASTICO	UNIDADE	151	R\$ 2.541,83
66	KIT PARA MERENDA ESCOLAR COMPOSTO POR MATERIAL EM RESISTENTE, CONTENDO: PRATO, COLHER E COPO NO MESMO MATERIAL. Prato plástico merenda escolar, Prato fundo com cores sortidas. Medidas: diâmetro: 220mm x profundidade: 20mm x capacidade: 500ml Ou 22cm x 2cm x 500ml Material: polipropileno virgem. Copo Altura: 9CM, Diâmetro da parte de cima: 7CM, Capacidade: 250ML Material: polipropileno virgem. Colher Tamanho: 16,5cm Capacidade: 10ml Material: Polipropileno virgem	UNIDADE	3.000	R\$ 39.150,00
67	SACOS BD PARA EMBALAGEM, 50X80 ESPESSURA 0,015 SANFONADO DE POLIETILENO 100% RECICLAVEL	EMBALAGEM COM 01 - MINIMOS 16 UNIDADES	210	R\$ 9.190,30
		то	TAL R\$	R\$ 690.314.33

Valor Global dos ITEMs - R\$ 690.314,33 (Seiscentos e noventa mil trezentos e quatorze reais e trinta e três centavos).

03- PRAZO DE ENTREGA:

03.1 O prazo para fornecimento do objeto deste Termo de Referência, será de 03 (três) dias úteis, a partir da data do recebimento da Autorização de Fornecimento, emitida pela secretaria demandante.

04 - DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

04.1 Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto da licitação, através de atestado(s) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado. O(s) atestado(s) apresentado(s) deverão indicar o endereço completo da empresa ou órgão emitente, possibilitando a realização de diligência, e acompanhados de cópias autenticadas das respectivas notas fiscais. Não será aceito pela CPL atestados fornecidos por empresas que estejam participando deste processo licitatório.

05 - DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Poder:_ Órgão:

Programa/ Atividade: Função/Programa:

06 - DO RECEBIMENTO

06.1 O recebimento dos itens será pela secretaria demandante designada para este fim e obedecerá ao seguinte trâmite:

- O fornecedor dirigir-se-á ao local de entrega, munido da Nota Fiscal.
- Somente serão aceitas Notas Fiscais/Faturas contendo, todo produto correto.



- 06.2 A Comissão, de posse dos documentos apresentados pelo fornecedor, receberá os documentos para verificação de especificações, quantidades, e outros pertinentes.
- 06.3 Encontrando irregularidades fixará o prazo de 24 (vinte e quatro) horas, ao fornecedor, para correção.
- a) Em caso de irregularidade não sanada pelo fornecedor, a Comissão reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará ao órgão competente, para aplicação de penalidade.
- 06.4 Em nenhuma hipótese será admitido o recebimento diverso do objeto comprado ou com qualquer diferença das exigências e propostas contidas na licitação.
- 06.5 Os itens somente será recebido se acompanhados do documento fiscal pertinente, emitido no valor e descrição indicado na Nota de Empenho.
- 06.6 As Secretarias demandantes rejeitará o fornecimento que estiver em desacordo com este termo e a respectiva Nota de Empenho.
- 06.7 Ainda que recebido em caráter definitivo, subsistirá, na forma da lei, a responsabilidade da Contratada, pela qualidade, perfeição e especificação do item fornecido.
- 06.9 Os , mesmo depois de aceito, fica sujeito à substituição, desde que comprovada a pré existência de defeitos, má fé por parte da Contratada, condições inadequadas de transporte, bem como alterações da estabilidade dentro do prazo de validade, que comprometam a integridade do produto.

07 - CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 07.1 Fornecer os produtos sempre dentro de seu prazo de validade com vida útil superior a 90% (noventa por cento).
- 07.2 Os produtos, objeto desta licitação, deverão estar disponíveis para início do fornecimento a partir da data de assinatura do contrato.
- 07.3 Substituir imediatamente os produtos que não estiverem em condições de uso, vencidos ou deteriorados, sem qualquer ônus para o Município.
- 07.4 Custear todas as despesas decorrentes dos fornecimentos, arcando com todos os tributos, taxas e licenças municipais, estaduais e federais, que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre as mesmas, bem como todas as despesas gerais, diretas ou indiretas.
- 07.5 Acatar e facilitar a ação da fiscalização do Município, cumprindo as exigências da mesma.
- 07.6 Aceitar os métodos e processos de acompanhamento, verificação e controle adotados pelo gerenciamento.



- 07.7 Responsabilizar-se pelo transporte do produto, de seu estabelecimento até o local determinado pelo Município, bem como pelo seu descarregamento.
- 07.8 Ressarcir todas as multas, indenizações ou despesas impostas ao Município por autoridade competente, em decorrência do descumprimento do contrato, de lei ou regulamento aplicável à espécie, por parte da Contratada.
- 07.9 Responsabilizar-se pelos encargos decorrentes do cumprimento das obrigações supramencionadas, bem como pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, que incidam ou venham incidir sobre o objeto desta licitação, bem como apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pelo Município de Amaraji/PE.
- 07.10 Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier causar ao Município ou a terceiros.
- 07.11 Manter rigoroso controle de qualidade sobre o produto fornecido e, no caso de constatação de culpa, a CONTRATADA responderá civilmente por perdas e danos junto às Secretaria executoras dos contratos ou terceiros prejudicados, sem prejuízo das sanções criminais pertinentes.
- 07.12 Fornecer o produto, objeto deste contrato, em sintonia com a Secretaria execultante e/ou seu representante, indicado pela mesma, acatando sugestões, normas e orientações que possibilitem maior qualidade ao contrato.
- 07.13 Substituir, imediatamente, os produtos, sem ônus para o Município.
- 07.14 Comunicar ao Município a qualquer tempo, toda anormalidade, prestando os esclarecimentos pertinentes e providenciando a devida correção;
- 07.15 Não transferir a outrem, o objeto da presente licitação.
- 07.16 Manter, durante a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 07.17 Atender integralmente as Ordens de Fornecimento emitidas pela Secretaria executora pelo contrato no prazo estabelecido no contrato. A entrega parcial deverá ser justificada de imediato a Secretaria, a qual emitirá parecer administrativo sobre o acatamento da mesma. Em caso de não acatamento da justificativa a Secretaria demandante se resguarda ao direito de aplicar as sansões administrativas cabíveis inclusive a rescisão do contrato.

08 - PAGAMENTO / REAJUSTAMENTO

- 08.1-O pagamento será efetuado através de nota de empenho, em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo do objeto pela Secretaria demandante, com a(s) Nota(s) Fiscal(is) devidamente atestada pelo Secretário ou funcionário habilitado.
- 08.2- Não haverá reajustamento de preços.



09- OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

- 09.1 A Contratante obrigar-se-á efetuar o pagamento de acordo com o pactuado;
- 09.2 Disponibilizar funcionário para recebimento e conferência do Produto ora licitado.



ANEXO IV - MINUTA-CONTRATO

CONTRATO N° ____/2021

Pelo presente instrumento, que entre si celebram, de um lado
à Rua, XXX, Centro, nesta cidade de Amaraji - PE, portador
do CPF sob o nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
com sede na neste ato representado
por seu representante legal, residente e domiciliado à Rua
RG n°, –,, portador da Cédula de Identidade
acordado o seguinte: CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO: Constitui objeto do presente contrato a, destinados a
suprir as necessidades da Secretaria, conforme planilha abaixo descrita:
CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO:
O valor deste contrato será de R\$ (), conforme disposto na proposta de preços do Contratado, adjudicada pela Contratante.
Parágrafo Único – Fica assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na ocorrência de fato superveniente que implique a inviabilidade de sua execução.
CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes do objeto deste Contrato correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

PODER: 02 EXECUTIVO

ORGÃO: 0202 – SECRETARIA DE GOVERNO

PROGRAMA/ATIVIDADE: 0412200021600000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA

SECRETARIA DE GOVERNO

FUNÇÃO/PROGRAMA: MATERIAL DE CONSUMO



PODER: 02 EXECUTIVO

ORGÃO: 0203 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PROGRAMA/ATIVIDADE: 04121000220110000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA

SECRETARIA

FUNÇÃO/PROGRAMA: MATERIAL DE CONSUMO

PODER: 02 EXECUTIVO

ORGÃO: 0204 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA/ATIVIDADE: 12361002120190000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

FUNÇÃO/PROGRAMA: MATERIAL DE CONSUMO

PODER: 02 EXECUTIVO

ORGÃO: 0204 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA/ATIVIDADE: 12361002120220000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO

ENSINO FUNDAMENTAL

FUNÇÃO/PROGRAMA: MATERIAL DE CONSUMO

PODER: 02 EXECUTIVO

ORGÃO: 0204 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA/ATIVIDADE: 12361002120450000 - PROGRAMA DE MANUTENÇÃO DAS

ATIVIDADES ENSINO FUNDAMENTAL

FUNÇÃO/PROGRAMA: MATERIAL DE CONSUMO

PODER: 02 EXECUTIVO

ORGÃO: 0204 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA/ATIVIDADE: 12365001920390000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE

ENSINO INFANTIL

FUNÇÃO/PROGRAMA: MATERIAL DE CONSUMO

PODER: 02 EXECUTIVO

ORGÃO: 0204 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA/ATIVIDADE: 1236600202175000 -MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

FUNÇÃO/PROGRAMA: MATERIAL DE CONSUMO

PODER: 02 EXECUTIVO

ORGÃO: 0205 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES

PROGRAMA/ATIVIDADE: 15451002920540000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA

SECRETARIA

FUNCÃO/PROGRAMA: MATERIAL DE CONSUMO

PODER: 02 EXECUTIVO

ORGÃO: 0205 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES

PROGRAMA/ATIVIDADE: 15452002820620000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE

LIMPEZA PUBLICA

FUNÇÃO/PROGRAMA: MATERIAL DE CONSUMO

PODER: 02 EXECUTIVO

ORGÃO: 0206 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROGRAMA/ATIVIDADE: 08244003520510000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA

SECRETARIA

FUNÇÃO/PROGRAMA: MATERIAL DE CONSUMO



PODER: 02 EXECUTIVO

ORGÃO: 0207 – SECRETARIA DE SAÚDE E SANEAMENTO

PROGRAMA/ATIVIDADE: 10122001320480000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA

SECRETARIA DE SAÚDE

FUNÇÃO/PROGRAMA: MATERIAL DE CONSUMO

PODER: 02 EXECUTIVO

ORGÃO: 0208 - SECRETARIA DE ESPORTES, CULTURA, TURISMO E JUVENTUDE

PROGRAMA/ATIVIDADE: 13392003320760000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA

SECRETARIA

FUNÇÃO/PROGRAMA: MATERIAL DE CONSUMO

PODER: 02 EXECUTIVO

ORGÃO: 0209 – SECRETARIA DA MULHER

PROGRAMA/ATIVIDADE: 08244001021630000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA

SECRETARIA DA MULHER

FUNÇÃO/PROGRAMA: MATERIAL DE CONSUMO

PODER: 02 EXECUTIVO

ORGÃO: 0210 – SECRETARIA DE AGRILCULTURA

PROGRAMA/ATIVIDADE: 20605002320710000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA

SECRETARIA

FUNÇÃO/PROGRAMA: MATERIAL DE CONSUMO

PODER: 02 EXECUTIVO

ORGÃO: 0211 – SECRETARIA DE FINANÇAS

PROGRAMA/ATIVIDADE: 04123000221670000 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE

FINANÇAS

FUNÇÃO/PROGRAMA: MATERIAL DE CONSUMO

PODER: 30 FUNDO MUNICIPAL

ORGÃO: 3010 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

PROGRAMA/ATIVIDADE: 08243000820810000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO

CONDICA

FUNÇÃO/PROGRAMA: MATERIAL DE CONSUMO

PODER: 30 FUNDO MUNICIPAL

ORGÃO: 3020 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

PROGRAMA/ATIVIDADE: 08244003420990000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO

FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

FUNÇÃO/PROGRAMA: MATERIAL DE CONSUMO

PODER: 30 FUNDO MUNICIPAL

ORGÃO: 3020 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

PROGRAMA/ATIVIDADE: 08244000421050000 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE

REFERENCIA - CRAS

FUNÇÃO/PROGRAMA: MATERIAL DE CONSUMO

PODER: 30 FUNDO MUNICIPAL

ORGÃO: 3020 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

PROGRAMA/ATIVIDADE: 08244000421070000 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE

REFERENCIA ESPECIALIZADA - CREAS

FUNÇÃO/PROGRAMA: MATERIAL DE CONSUMO



PODER: 30 FUNDO MUNICIPAL

ORGÃO: 3020 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

PROGRAMA/ATIVIDADE: 08244000423000000 – PROGRAMA BOLSA FAMILIA - IGD

FUNÇÃO/PROGRAMA: MATERIAL DE CONSUMO

PODER: 30 FUNDO MUNICIPAL

ORGÃO: 3030 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROGRAMA/ATIVIDADE: 10301001321120000 - MANUTENÇÃO DA ACADEMIA DA

SAUDE

FUNÇÃO/PROGRAMA: MATERIAL DE CONSUMO

PODER: 30 FUNDO MUNICIPAL

ORGÃO: 3030 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROGRAMA/ATIVIDADE: 10301001321210000 - PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA - PSF

FUNÇÃO/PROGRAMA: MATERIAL DE CONSUMO

PODER: 30 FUNDO MUNICIPAL

ORGÃO: 3030 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROGRAMA/ATIVIDADE: 10301001321270000 - MANUTENÇÃO DO NUCLEO DE APOIO

A SAUDE DA FAMILIA - NASF

FUNÇÃO/PROGRAMA: MATERIAL DE CONSUMO

PODER: 30 FUNDO MUNICIPAL

ORGÃO: 3030 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROGRAMA/ATIVIDADE: 10302001321190000 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE

SAUDE

FUNÇÃO/PROGRAMA: MATERIAL DE CONSUMO

PODER: 30 FUNDO MUNICIPAL

ORGÃO: 3030 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROGRAMA/ATIVIDADE: 10302001321230000 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS

BASICOS DO HOSPITAL E UNIDADES DE SAÚDE **FUNÇÃO/PROGRAMA:** MATERIAL DE CONSUMO

PODER: 30 FUNDO MUNICIPAL

ORGÃO: 3030 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROGRAMA/ATIVIDADE: 10302001321710000 - MANUTENÇÃO DO SAMU

FUNÇÃO/PROGRAMA: MATERIAL DE CONSUMO

PODER: 30 FUNDO MUNICIPAL

ORGÃO: 3030 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROGRAMA/ATIVIDADE: 10302001325010000 – PROGRAMA DE VIGILANCIA SANITÁRIA

FUNÇÃO/PROGRAMA: MATERIAL DE CONSUMO

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E FORNECIMENTO:

O Contrato terá vigência a contar da assinatura deste instrumento, até o dia XX/XX/XXXX.

CLÁUSULA QUINTA - DAS PENALIDADES:

A inexecução total ou parcial do objeto licitado sujeitará o Contratado às seguintes penalidades, assegurados o contraditório e a ampla defesa, na forma do art. 87 da Lei nº 8.666/93:



- a) Advertência;
- b) Multa, correspondente a 10% do valor total do objeto licitado;
- c) Suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, depois do ressarcimento à Administração pelos prejuízos resultantes e após 02 (dois) anos de sua reabilitação;

A indicação das penalidades de que trata esta cláusula é da exclusiva competência do Município, que tem a faculdade de escolha de qual deve ser aplicada em conformidade com a natureza e a gravidade da infração contratual e os eventuais prejuízos causados no município.

As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" podem ser aplicadas juntamente com a prevista na alínea "b" do mesmo subitem.

As multas serão calculadas considerando-se os dias consecutivos a partir do dia imediatamente subsequente ao do vencimento.

As multas impostas, após regular processo administrativo, serão descontadas dos pagamentos devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

Comunicada a ocorrência de infração que enseje a aplicação de multa especificada na alínea "b" e, decorrido o prazo de defesa sem que o Contratado se pronuncie ou se for considerada procedente a multa, o mesmo será notificado a recolher ao erário municipal o valor devido, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da notificação pela autoridade competente.

Uma vez recolhida a multa e, na hipótese de o licitante lograr êxito em recurso que apresentar, o Contratante devolverá a quantia recolhida, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias, sem prejuízo da sanção prevista na alínea "c", será considerado recusa, dando causa à rescisão do contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO CONTRATRUAL:

Constitui motivo para a rescisão do presente pacto, assegurado o contraditório e ampla defesa, a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93, desde que cabíveis à presente contratação, resguardadas as prerrogativas conferidas pela citada Lei, consoante o que estabelece o seu art. 58.

Parágrafo Único – As formas de rescisão contratual são as estabelecidas no art. 79 da Lei nº 8.666/93.

CLAÚSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

São obrigações do Contratado:



I) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, securitários, fiscais, comerciais, civis e criminais resultantes da execução do contrato;							
II) Garantir a qualidade do serviço, respondendo civilmente por quaisquer irregularidades que comprometam o bem fornecido;							
III) Realizar fornecimento dentro dos prazos e condições estabelecidos no Termo de Referência.							
CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:							
$\acute{\rm E}$ dever do Contratante efetuar os pagamentos devidos, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura.							
CLÁUSULA NONA – DAS CONDICÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO:							
O Contratado fica obrigado a manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.							
CLÁUSULA DÉCIMA – DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO:							
Fazem parte deste instrumento, como se transcritos estivessem, o Pregão Eletrônico nº XXX/2021 e a proposta do Contratado, adjudicada pela Contratante.							
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:							
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:							
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS: Aplicar-se á a Lei nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, nos casos omissos a este contrato.							
Aplicar-se á a Lei nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, nos casos omissos a este							
Aplicar-se á a Lei nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, nos casos omissos a este contrato. § 1º - É competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato, o Foro da Comarca dos Amaraji, Estado de Pernambuco, com expressa renúncia a qualquer outro, por							
Aplicar-se á a Lei nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, nos casos omissos a este contrato. § 1º - É competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato, o Foro da Comarca dos Amaraji, Estado de Pernambuco, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. § 2º - E, para firmeza e como prova de assim entre si ajustado e contratado, foi lavrado o presente contrato em 03 vias de igual teor e forma, uma das quais se destina ao Contratado,							
Aplicar-se á a Lei nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, nos casos omissos a este contrato. § 1º - É competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato, o Foro da Comarca dos Amaraji, Estado de Pernambuco, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. § 2º - E, para firmeza e como prova de assim entre si ajustado e contratado, foi lavrado o presente contrato em 03 vias de igual teor e forma, uma das quais se destina ao Contratado, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes Contratantes.							
Aplicar-se á a Lei nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, nos casos omissos a este contrato. § 1º - É competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato, o Foro da Comarca dos Amaraji, Estado de Pernambuco, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja. § 2º - E, para firmeza e como prova de assim entre si ajustado e contratado, foi lavrado o presente contrato em 03 vias de igual teor e forma, uma das quais se destina ao Contratado, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes Contratantes. Amaraji, de							

CPF:



CPF:			

ANEXO V

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ARP N° ____/___



PREGÃO PRESENCIAL Nº/ SRP	
Interessado: PREFEITURA MUNICIPAL DE AMARAJI/PE//SECRETARIA DE A SOCIAL//SECRETARIA DE SAÚDE	ÇÃO
Aos dias do mês de do ano de, na cidade de Ama Pernambuco, no prédio da Prefeitura Municipal de Amaraji/PE, sito à Rua XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XX, - deste lo à o n° oresa
portador do RG n° e do CPF n°, para proceder, nos termo Edital do Pregão nº – REGISTRO DE PREÇOS , referente aos itens discriminado Anexo I desta Ata, com seus respectivos preços unitários, sujeitando-se as partes às no constantes nos Decretos Municipais nº 157, de 30 de dezembro de 2010 e nº 201 de 02 de janeis 2013, na Lei nº 10,520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº 8,666, de 21 de junho de 19 respectivas alterações, em conformidade com as disposições a seguir.	os do os no rmas ro de
DO OBJETO	

CLÁUSULA PRIMEIRA - A presente Ata tem por objeto o fornecimento de materiais de limpeza, descartáveis, Secretaria de Administração, Secretaria de Assistência Social e Secretaria de Saúde de Amaraji/PE, conforme especificações constantes no Anexo III do Edital e a proposta de preços apresentada, a qual, independentemente de transcrição, faz parte deste instrumento, naquilo que não o contrarie.

DAS OBRIGAÇÕES DA PARES

- Notificar a empresa registrada quanto à requisição dos materiais/serviços mediante o envio da note de empenho ou de serviço, a ser repassada via fax, e-mail, ou retirada pessoalmente pelo fornecedor;
- b) Permitir ao pessoal da Contratada o acesso ao local onde serão executados os serviços, desde que observadas as normas de segurança;
- Notificar a empresa de qualquer irregularidade encontrada na execução dos serviços;
- d) Efetuar os pagamentos devidos observadas as condições estabelecidas nesta Ata;
- Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

Parágrafo Único - Esta Ata não obriga a SECRETARIA MUNICIPAL XXXXXXXXXXX de Amaraji a firmar contratação com os fornecedores cujos preços tenham sido registrados, podendo ocorrer licitações específicas para os serviços objeto desta Ata, observada a legislação pertinente, sedo assegurada preferência de fornecimento ao detentor do registro, em igualdade de condições.

CLÁUSULA QUARTA – Constituem obrigações da empresa:

- a) Assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho, no prazo máximo de 05(cinco) dias úteis, contado da convocação;
- b) Informar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, quanto à aceitação ou não dos serviços a outro órgão da Administração Pública, não participante deste registro de preços, que venha a manifestar o interesse em utilizar o presente Ajuste;



- c) Prestar os serviços conforme especificação e preços registrados;
- d) Ressarcir os eventuais prejuízos causados aos órgãos gerenciadores e participante(s) e/ou a terceiros, provocadas por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas;

DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DOS PRAZOS

CLÁUSULA QUINTA - A vigência da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA SEXTA – O prazo para entrega será de 03 (três) dias úteis, a partir da data do recebimento da Autorização de Fornecimento, emitida pela SECRETARIA MUNICIPAL XXXXXXXXXXX

DOS PRECOS REGISTRADOS

CLÁUSULA SETIMA – Os preços registrados, as especificações, os quantitativos e as empresas registradas são os constantes do Anexo I desta Ata.

Parágrafo primeiro – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, devendo ser promovidas negociações com os fornecedores.

Parágrafo segundo – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, torna-se superior ao preço no mercado, a SECRETARIA MUNICIPAL XXXXXXXXXXXXXXXX deverá convocar o fornecedor, a fim de negociar a redução de seu preço, de forma a adequá-la à média aperada.

Parágrafo terceiro – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e a empresa apresentar requerimento fundamentado com comprovantes de que não pode cumprir as obrigações assumidas, a SECRETARIA MUNICIPAL XXXXXXXXXXXX poderá liberar a mesma do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação anteceder a prestação dos serviços.

Parágrafo quarto – Em qualquer hipótese, os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado – equação econômico-financeira.

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA OITAVA – Os preços registrados na presente Ata de Registro de Preços poderão ser cancelados de pleno direito, conforme a seguir:

- I) Por iniciativa da Administração:
- a) Quando a empresa contratada der causa à rescisão administração da nota de empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8,666/1993;
- b) Se os preços registrados estiverem superiores aos praticados no mercado.
 - **II)** Por iniciativa da empresa:



- a) Mediante solicitação escrita, comprovando estar a empresa prestadora dos serviços impossibilitada de cumprir os requisitos desta Ata de Registro de Preços;
- b) Quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses contidas no art. 78, incisos XIV, XV e XVI, da Lei nº 8,666/1993

Parágrafo primeiro – Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor/prestador dos serviços será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

Parágrafo segundo – No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor/prestador dos serviços, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado de Pernambuco, considerando-se cancelado o preço registrado.

Parágrafo terceiro – A solicitação do fornecedor/prestador dos serviços para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela SECRETARIA MUNICIPAL XXXXXXXXXXXXX de Amaraji, facultando-se a este, neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata.

Parágrafo quarto – Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do fornecedor relativas ao respectivo registro.

Parágrafo quinto - Caso se abstenha de aplicar a prerrogativa de cancelar esta Ata, a XXXXXXXXXXXXXXXX de Amaraji poderá, a seu exclusivo critério, suspender a sua execução ou sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição infringida.

DAS FISCALIZAÇÕES

CLÁUSULA NONA – Os serviços serão fiscalizados, por servidor indicado pela SECRETARIA MUNICIPAL XXXXXXXXXXX de Amaraji, que procederá à conferência de sua conformidade com as especificações. Caso não haja qualquer impropriedade explícita, os mesmos serão atestados.

DO PAGAMENTO

DAS SANÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Se a Contratada inadimplir as obrigações assumidas, no todo ou em parte, ficará sujeita, assegurado o contraditório e a ampla defesa, às sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8,666/93, e ao pagamento de multa nos seguintes termos:

- a) Pelo atraso no fornecimento, em relação ao prazo estipulado: 1% (um por cento) do valor do bem não entregue ou do serviço não prestado, por dia decorrido, até o limite de 10% (dez por cento) do valor do bem ou serviço;
- b) Pela recusa em efetuar o fornecimento, caracterizada em dez dias após o vencimento do prazo estipulado: 10% (dez por cento) do valor do bem ou serviço;
- c) Pela demora em substituir o bem rejeitado ou corrigir falhas do serviço prestado, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição: 2% (dois por centos) do valor do bem recusado ou do valor do serviço, por dia decorrido.



- d) Pela recusa da Contratada em substituir o bem rejeitado ou corrigir falas no serviço prestado, entendendo-se como recusa a substituição do bem ou a prestação do serviço não efetivada nos cinco dias que se seguirem à data da rejeição: 10% (dez por cento) do valor do bem ou serviço rejeitado;
- e) Pelo não cumprimento de qualquer condição fixada neste Edital e não abrangida nos incisos anteriores: 1% (um por cento) do valor contratado, para cada evento.

Parágrafo primeiro – As multas estabelecidas no subitem anterior podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a 10% (dez por cento) do valor contratado, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.

Parágrafo segundo - Poder-se-á descontar dos pagamentos porventura devidos à Contratada as importâncias alusivas e multas, ou efetuar sua cobrança mediante inscrição em Dívida Ativa do Município, ou por qualquer outra forma prevista em lei.

Parágrafo terceiro – A autoridade municipal competente, em caso de inadimplemento da Contratada, deverá cancelar a nota de empenho, sem prejuízo das penalidades relacionadas nos subitens anteriores deste Edital.

Parágrafo quarto – Ficará sujeito a penalidade prevista no art. 7º da Lei Federal 10.520/2002, sem prejuízo das multas previstas neste Edital, na Ata de Registro de Preços e nas demais cominações legais, o fornecedor e/ou prestador de serviços que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, agir em conformidade com as hipóteses a seguir:

- a) Não celebrar a Ata de Registro de Preços;
- b) Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa em lugar de documentação legítima exigida para o certame;
- c) Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- d) Não mantiver a proposta;
- e) Falhar ou fraudar na execução da Ata de Registro de Preços;
- f) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

DA RECISÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – O inadimplemento de cláusula estabelecida nesta Ata de Registro de Preço, por parte do fornecedor, assegurará a SECRETARIA MUNICIPAL DE XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX o direito de rescindi-lo, mediante notificação, com prova de recebimento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei nº 8,666/1993, constituem motivos para a rescisão dessa Ata de Registro de Preços.

- a) Atraso injustificado nos serviços, bem como a sua paralisação sem justa causa e prévia comunicação a SECRETARIA MUNICIPAL DE XXXXXXXXXXXXX de Amaraji;
- b) O cometimento reiterado de falhas comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo funcionário responsável.

Parágrafo único – Nos casos em que o fornecedor sofrer processos de fusão, cisão ou incorporação, será admitida a continuação desta Ata de Registro de Preços desde que a execução da mesma não seja afetada e que o fornecedor mantenha as condições de habilitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - A SECRETARIA MUNICIPAL DE XXXXXXXXXXXXX de Amaraji é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei nº



8,666/1993, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – A despesa com a execução desta contratação correrá à conta da seguinte dotação orçamentária:

PODER: 02 EXECUTIVO

ORGÃO: 0202 – SECRETARIA DE GOVERNO

PROGRAMA/ATIVIDADE: 0412200021600000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA

SECRETARIA DE GOVERNO

FUNÇÃO/PROGRAMA: MATERIAL DE CONSUMO

PODER: 02 EXECUTIVO

ORGÃO: 0203 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PROGRAMA/ATIVIDADE: 04121000220110000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA

SECRETARIA

FUNÇÃO/PROGRAMA: MATERIAL DE CONSUMO

PODER: 02 EXECUTIVO

ORGÃO: 0204 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA/ATIVIDADE: 12361002120190000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

FUNÇÃO/PROGRAMA: MATERIAL DE CONSUMO

PODER: 02 EXECUTIVO

ORGÃO: 0204 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA/ATIVIDADE: 12361002120220000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO

ENSINO FUNDAMENTAL

FUNÇÃO/PROGRAMA: MATERIAL DE CONSUMO

PODER: 02 EXECUTIVO

ORGÃO: 0204 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA/ATIVIDADE: 12361002120450000 - PROGRAMA DE MANUTENÇÃO DAS

ATIVIDADES ENSINO FUNDAMENTAL

FUNÇÃO/PROGRAMA: MATERIAL DE CONSUMO

PODER: 02 EXECUTIVO

ORGÃO: 0204 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA/ATIVIDADE: 12365001920390000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE

ENSINO INFANTIL

FUNÇÃO/PROGRAMA: MATERIAL DE CONSUMO

PODER: 02 EXECUTIVO

ORGÃO: 0204 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA/ATIVIDADE: 1236600202175000 -MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

FUNÇÃO/PROGRAMA: MATERIAL DE CONSUMO

PODER: 02 EXECUTIVO

ORGÃO: 0205 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES



PROGRAMA/ATIVIDADE: 15451002920540000 - MANUTENCÃO DAS ATIVIDADES DA

SECRETARIA

FUNÇÃO/PROGRAMA: MATERIAL DE CONSUMO

PODER: 02 EXECUTIVO

ORGÃO: 0205 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES

PROGRAMA/ATIVIDADE: 15452002820620000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE

LIMPEZA PUBLICA

FUNÇÃO/PROGRAMA: MATERIAL DE CONSUMO

PODER: 02 EXECUTIVO

ORGÃO: 0206 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROGRAMA/ATIVIDADE: 08244003520510000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA

SECRETARIA

FUNÇÃO/PROGRAMA: MATERIAL DE CONSUMO

PODER: 02 EXECUTIVO

ORGÃO: 0207 – SECRETARIA DE SAÚDE E SANEAMENTO

PROGRAMA/ATIVIDADE: 10122001320480000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA

SECRETARIA DE SAÚDE

FUNÇÃO/PROGRAMA: MATERIAL DE CONSUMO

PODER: 02 EXECUTIVO

ORGÃO: 0208 - SECRETARIA DE ESPORTES, CULTURA, TURISMO E JUVENTUDE

PROGRAMA/ATIVIDADE: 13392003320760000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA

SECRETARIA

FUNÇÃO/PROGRAMA: MATERIAL DE CONSUMO

PODER: 02 EXECUTIVO

ORGÃO: 0209 – SECRETARIA DA MULHER

PROGRAMA/ATIVIDADE: 08244001021630000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA

SECRETARIA DA MULHER

FUNÇÃO/PROGRAMA: MATERIAL DE CONSUMO

PODER: 02 EXECUTIVO

ORGÃO: 0210 - SECRETARIA DE AGRILCULTURA

PROGRAMA/ATIVIDADE: 20605002320710000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA

SECRETARIA

FUNÇÃO/PROGRAMA: MATERIAL DE CONSUMO

PODER: 02 EXECUTIVO

ORGÃO: 0211 - SECRETARIA DE FINANÇAS

PROGRAMA/ATIVIDADE: 04123000221670000 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE

FINANÇAS

FUNÇÃO/PROGRAMA: MATERIAL DE CONSUMO

PODER: 30 FUNDO MUNICIPAL

ORGÃO: 3010 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

PROGRAMA/ATIVIDADE: 08243000820810000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO

CONDICA

FUNÇÃO/PROGRAMA: MATERIAL DE CONSUMO

PODER: 30 FUNDO MUNICIPAL

ORGÃO: 3020 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Página 48 de 50



PROGRAMA/ATIVIDADE: 08244003420990000 - MANUTENCÃO DAS ATIVIDADES DO

FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

FUNÇÃO/PROGRAMA: MATERIAL DE CONSUMO

PODER: 30 FUNDO MUNICIPAL

ORGÃO: 3020 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

PROGRAMA/ATIVIDADE: 08244000421050000 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE

REFERENCIA - CRAS

FUNÇÃO/PROGRAMA: MATERIAL DE CONSUMO

PODER: 30 FUNDO MUNICIPAL

ORGÃO: 3020 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

PROGRAMA/ATIVIDADE: 08244000421070000 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE

REFERENCIA ESPECIALIZADA - CREAS

FUNÇÃO/PROGRAMA: MATERIAL DE CONSUMO

PODER: 30 FUNDO MUNICIPAL

ORGÃO: 3020 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

PROGRAMA/ATIVIDADE: 08244000423000000 – PROGRAMA BOLSA FAMILIA - IGD

FUNÇÃO/PROGRAMA: MATERIAL DE CONSUMO

PODER: 30 FUNDO MUNICIPAL

ORGÃO: 3030 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROGRAMA/ATIVIDADE: 10301001321120000 - MANUTENÇÃO DA ACADEMIA DA

SAUDE

FUNÇÃO/PROGRAMA: MATERIAL DE CONSUMO

PODER: 30 FUNDO MUNICIPAL

ORGÃO: 3030 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROGRAMA/ATIVIDADE: 10301001321210000 – PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA - PSF

FUNÇÃO/PROGRAMA: MATERIAL DE CONSUMO

PODER: 30 FUNDO MUNICIPAL

ORGÃO: 3030 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROGRAMA/ATIVIDADE: 10301001321270000 - MANUTENÇÃO DO NUCLEO DE APOIO

A SAUDE DA FAMILIA - NASF

FUNÇÃO/PROGRAMA: MATERIAL DE CONSUMO

PODER: 30 FUNDO MUNICIPAL

ORGÃO: 3030 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROGRAMA/ATIVIDADE: 10302001321190000 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE

SAUDE

FUNÇÃO/PROGRAMA: MATERIAL DE CONSUMO

PODER: 30 FUNDO MUNICIPAL

ORGÃO: 3030 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROGRAMA/ATIVIDADE: 10302001321230000 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS

BASICOS DO HOSPITAL E UNIDADES DE SAÚDE FUNÇÃO/PROGRAMA: MATERIAL DE CONSUMO

PODER: 30 FUNDO MUNICIPAL

ORGÃO: 3030 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROGRAMA/ATIVIDADE: 10302001321710000 - MANUTENÇÃO DO SAMU

FUNÇÃO/PROGRAMA: MATERIAL DE CONSUMO

Página 49 de 50



PODER: 30 FUNDO MUNICIPAL

ORGÃO: 3030 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROGRAMA/ATIVIDADE: 10302001325010000 – PROGRAMA DE VIGILANCIA SANITÁRIA

FUNÇÃO/PROGRAMA: MATERIAL DE CONSUMO

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata, é competente o foro de Amaraji-PE.

Assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias.

Amaraji	(PE)	/	/
miaran	112),	/	, .

Prefeitura Municipal de Amaraji NOME DO DIRETOR CONTRATANTE

EMPRESA VENCEDORA DO CERTAME CNPJ CONTRATADO

> TESTEMEUNHA I NOME E CPF TESTEMUNHA II NOME E CPF